

5.1. A interacção do povoado do Pombal com o meio envolvente

Após a delimitação, noutra capítulo, da fisiografia da área do Pombal e sua envolvente, considero oportuno efectuar aqui um breve balanço das prospecções efectuadas, correlacionando os sítios enquadráveis nos IV-III milénios com essas características e, evidentemente, com o povoado do Pombal. Contudo, apesar de nos trabalhos do COMONPH ter sido evidenciada mais informação para toda a região de Monforte (Mapa 11), opto por abordar apenas aquela registada na envolvente do povoado (Mapa 5), deixando o restante volume de dados para outro estudo que se pretende alinhado em breve. Assim, havendo que estabelecer limites funcionais de análise, estabeleci um círculo teórico de 5 km em redor do sítio, a exemplo de outros autores (Gonçalves e Sousa, 1997, 2000), ainda que incluía registos para além dessa área, visto a cartografia o permitir (Mapa 6). Este limite artificial vem, simultaneamente, denunciar um outro estabelecido no âmbito do projecto COMONPH, quando se definiu a região de Monforte limitada a Oeste pelo festo da margem direita da ribeira da Matança. Desta forma o círculo de 5 km ultrapassa para Oeste o limite da região estabelecido (Mapa 6).

Ao olharmos para a dispersão e tipo de achados, nota-se de imediato o número elevado de achados isolados e dispersos, sobretudo em redor do povoado do Pombal. Se por um lado isso poderia ser interpretado como actividades efectuadas fora do habitat (Calado, 1995, p. 133), outras questões se levantam quando considero os aspectos tafonómicos em presença: a erosão e sedimentação registada em redor dos relevos calcários durante o período medieval, já apontada atrás, terá provocado uma elevada potência estratigráfica e sequente enteramento de ocupações anteriores, sendo as poucas descobertas os poucos elementos que assomaram à superfície. Isto, permitiria presumir a existência de outras ocupações humanas naqueles locais, enquanto satélites do Pombal, se contemporâneas, ou testemunhos de outras diacronias. Neste caso, e nos restantes, só a escavação poderá clarificar as situações (Calado, 1995, p. 133).

Os sítios com indústrias macrolíticas, apontados por Heleno, foram assinalados ao topónimo, visto que as batidas de campo se revelaram infrutíferas — para tal, uma das principais condicionantes foi o estado de abandono dos campos naquelas áreas, o que limitou a visibilidade ao terreno. Como já referi anteriormente, foi feita apenas uma breve análise das peças depositadas no MNA, o que levou à sua classificação sumária. Entretanto, as recolhas do Pombal e **Outros** sítios não revelaram indícios suficientes para que pudesse aventar uma possível relação com estas indústrias, pelo que este assunto ficou em aberto para uma futura abordagem.

Os habitats resumem-se, para além do Pombal, a Santo António 3 (SANT3), Cabeça de Vaiamonte, Manteigas 2, Picanços 1 e Vale de Romeiras 2 (VROM2). Curiosamente, dois deles, SANT3 e VROM2, situam-se próximo de antas de grandes dimensões (a cerca de 80 m e 30 m, respectivamente). Em ambos os casos as antas estão localizadas, propriamente, numa pequena rechã e no topo de um cabeço, portanto, com algum destaque visual. Já num canto do mapa apresentado, Picanços 1, localizado num cabeço, está próximo dum provável monumento funerário muito destruído, Cavaleiros, a cerca de 1 km para Este. No entanto, a 2 km para Sudoeste encontra-se o agrupamento funerário da Herdade Grande (com cerca de 10 monumentos).

A Cabeça de Vaiamonte, situada no topo deste monte, resulta ainda enigmática face às escavações ali efectuadas com a metodologia já conhecida de M. Heleno. Assim, através de João Peixe (pai), que ali trabalhou, sei que a intervenção se centrou mais no topo e na encosta Leste. Num patamar próximo do topo, J. Peixe recordava de ali se ter realizado uma sonda

relativamente funda, pois a superfície ficava-lhe ao nível da cabeça (J. Peixe medirá cerca de 1,60 m de altura), na qual se encontraram “arreios de cavalo”. Ora, a amostra calcolítica da Cabeça poderia ter sido encontrada na cota mais baixa, mas não é líquido, sobretudo porque C. Fabião (1998, p. 175) salienta o facto das peças atribuíveis a este período não terem sido recolhidas “nos níveis artificiais mais profundos”, explicando-o “pelas características “microtopográficas”” daquele sítio, o que me parece acertado, mas deixa em aberto o tipo de jazida destes materiais. De qualquer forma, a sua atribuição como habitat parece plausível, face ao espólio conhecido.

Por fim, Manteigas 2, implantado na vertente duma colina suave, poderia ter existido como pequeno habitat vizinho e complementar ao Pombal.

A análise da visibilidade de e para os sítios listados, inclusive do Pombal, entretanto analisado noutra capítulo, revela-se sobretudo sectorial pelo menos dum ponto de vista de contacto directo. Como então se referiu os relevos onde o Pombal se enquadra deveriam permitir uma fácil percepção da localização do Pombal à distância, sobretudo de Oeste (Mapa 7). Os povoados de Santo António 3, Picanços 1 e VROM2 localizam-se próximo de topos, mas inclinados para uma das vertentes, impossibilitando a visibilidade circular de e para esses locais, ainda que os relevos onde se localizam pudessem funcionar como referência geográfica. A Cabeça revela-se aquele que maior controlo tem sobre a paisagem, face ao destaque que aquele monte possui. No entanto, assumindo a implantação preferencial numa das encostas, pelas razões climatéricas acima expostas, mas que é simultaneamente a menos visível, leva-me a acreditar que se pretenderia ver, mas em menor grau ser visto — todavia o destaque geográfico existe e, facilmente, seria um marco da paisagem (Mapa 7: 1).

Manteigas 2 realça-se pelo menor controlo de paisagem dos povoados analisados, mas também pela sua menor visibilidade.

Genericamente, a implantação destes povoados parece seguir a de outros na região do Alto Alentejo: Vidais — Marvão (CLIO, 1979), Baldio — Arronches (Gamito, 1982-83 e 1996), Torrão — Elvas (Albergaria e Lago, 1995), ou Santa Vitória — Campo Maior (Dias, 1996). Inclusive mais para Sul, no Alentejo Central, em redor da Serra d’Ossa (Calado, 1995) ou Reguengos de Monsaraz (Gonçalves e Sousa, 1999, 2000).

Os únicos dois possíveis menires levantam muitas dúvidas. Um deles situa-se a menos de 1 km do Pombal, sendo utilizado como marco de propriedade, podendo supor-se que tenha sofrido transporte — contudo, talvez de não muito longe. Por outro lado, algumas informações de locais, que o identificam como anta, recordam-se daquela peça ali desde os anos 20 do Século XX. O segundo caso, um afloramento natural granítico, destaca-se no vale da ribeira do Freixo pelo seu formato menírico, sem que no pequeno cabeço onde se situa, com afloramentos delineando uma espécie de recinto ovalado, se tenha avistado qualquer material pré-histórico.

As pedras com covinhas só foram registadas junto de antas (Pocilgais 3 e Rabuje 8), ou nos próprios monumentos megalíticos (Rabuje 1-2 e Serrinha). No primeiro caso são afloramentos graníticos próximos de antas, a cerca de 30-40 m a Sul de Pocilgais 3, ou a cerca de 100 m NE de Rabuje 1. No segundo caso, as covinhas surgem nos locais que, teoricamente, seriam expostos primeiramente no monumento, quando a mamoa se degradava: Rabuje 1, no chapéu e na tampa de entrada do corredor; Rabuje 2, no chapéu; e, Serrinha, num possível fragmento do chapéu. Os padrões destas covinhas, se existirem, ainda estão em fase de estudo pelo que não é possível ainda adiantar mais este assunto.

As necrópoles registadas apresentam-se genericamente, quando lidas a partir do Pombal, na periferia do círculo estabelecido, sendo Santo António 1, a mais próxima (a cerca de 2 km). Por outro lado, detectam-se alguns *clusters*, a exemplo daqueles apontados por

R. Parreira (1996) na área do Crato. Mas, também, algumas antas, aparentemente isoladas. Aliás, a implantação maioritária destes monumentos, em áreas de cumeeada ou no topo de cabeços, sobranceiros a vales abertos torna pertinente a inferência de R. Parreira (1996, p. 89-91) acerca de rotas de transumância, baseando-se para tal em dados do período Moderno, nomeadamente em Silbert (*apud* Parreira, 1996, p. 89-91).

De qualquer forma, a ausência de necrópoles nas imediações do Pombal também poderá estar associada ao elevado grau de antropização daquela área, considerando a presença romana e sequentes períodos históricos. De tal forma, que no Século XVIII, as Memórias Paroquiais salientam aqueles campos pelas suas riquezas agrícolas (Soares et al., 1758). Portanto, a associação do Pombal a uma necrópole é aqui algo difícil de realizar, não só por eventuais ausências provocadas, mas também pelas dificuldades que a sua correlação suscita, tal como tem sido apontado por outros autores para outras regiões (Calado, 1995; Parreira, 1996; Gonçalves e Sousa, 1997 e 2000). Todavia, se assumir, essencialmente, uma cronologia calcolítica para este povoado, período ao qual se associam os *tholoi* e/ou estruturas negativas (do tipo fosso), torna-se quase impossível a sua detecção, que não seja através de escavação ou grandes movimentações de terras dos sítios, como ocorreu em *La Pijotilla* (Hurtado, 1988 e 1991) ou nos Perdigões (Lago et al., 1998).

Mas, a análise congelada no espaço-tempo efectuada acima, mascara a realidade ainda mais complexa, quando enunciamos a cronologia. Os dados recolhidos não foram, na sua maioria, suficientes para diacronias relativamente finas, sendo muitos dos achados classificados com a genérica expressão “neo-calcolíticos”. Mesmo naqueles em que foi possível precisar, isto baseou-se em recolhas materiais de superfície, com os limites já conhecidos (Enriquez Navascués, 1990; Calado, 1995; Gonçalves e Sousa, 1997, 2000).

O povoado do Pombal, face à análise da cultura material, deverá abranger um período longo de ocupação, provavelmente iniciado no fim do Neolítico final, consolidando-se em pleno Calcolítico, mas, com alguma probabilidade, prolongando-se até finais do Calcolítico.

Da breve análise dos materiais de VROM2 (em estudo no âmbito do projecto COMONPH) estaríamos perante uma ocupação do Neolítico final, em Santo António 3, num momento de Neolítico final/Calcolítico inicial, pois apesar da ausência de peças carenadas, a restante cultura material não parece inserir-se totalmente num momento de Calcolítico pleno, apesar de ter recolhido pratos almendrados. Não obstante, estes povoados poderiam ter sido contemporâneos do Pombal, na sua fase inicial, podendo colocar-se como hipótese de trabalho uma certa concentração de populações neste povoado durante o Calcolítico pleno. Claro está, hipótese a gritar por mais dados que, julgo, poderão ser conhecidos em breve.

Os povoados de Manteigas 2 e Picanços 1 não permitem uma afinação temporal além de Neolítico final — Calcolítico.

A Cabeça de Vaiamonte revela-se um caso interessante pois, apresenta uma diacronia quase contínua, iniciada no Calcolítico até o período islâmico (Fabião, 1996 e 1998). Ainda que seja possível apontar uma certa contemporaneidade com o Pombal, penso que essa sobreposição temporal ter-se-á registado apenas na fase final deste segundo povoado, num momento em que se caminhava para uma sensível retracção ou mudança estratégica do povoamento.

Se para alguns habitats tive acesso a alguma da cultura material, no caso das necrópoles essa informação foi ainda mais limitada pois, apenas para duas antas se pode apontar um momento cronológico: na anta da Serrinha, anta grande de câmara poligonal (?) e corredor curto, recolhi espólio no seu exterior, nomeadamente placas de xisto, o que a poderá inserir no período calcolítico (Gonçalves, 1999, p. 134). Já os Leisner (1959) apresentavam uma placa de xisto desta anta, assim como de Pocilgais 2, anta muito destruída, provavelmente

de médias dimensões — esta última placa apresenta a característica representação da Deusa Mãe, com os seus olhos solares. Estes dois casos podem pressupor uma convivência temporal com o Pombal. Os restantes monumentos permanecem quase mudos, ainda que deva realçar algumas diferenças arquitectónicas: Nas antas (assunto em fase de estudo no âmbito do COMONPH), definidas pelas suas carcaças pétreas, com câmaras mais ou menos desmembradas, com e sem corredor, verifica-se a existência de grandes monumentos (Vale Romeiras 1, Santo António 1, Arneiros 1-2, Rabuje 1), outros com médias dimensões (Rabuje 2, Santo António 2, Pocilgais 3, Bósios), e ainda pequenas antas (Rabuje 3, 4, 5, 6 e Geodésico de Besteiros 3). No conjunto de Lacrau encontramos uma cista megalítica (Lacrau 3) e duas mamoadas (Lacrau 1 e 4), uma delas com uma provável cista — para Noroeste, a cerca de 2 km situa-se o Belo, outra provável cista megalítica. Este último tipo de monumento poderá remeter-nos para momentos mais antigos, mas isso só será possível clarificar com a sua escavação.

A datação das covinhas, atrás referidas, também não é segura, percebendo-se no caso das antas que são posteriores, mas podendo ter sido efectuadas já em momentos da Idade do Bronze ou posteriores (Calado, 1995, p. 128-129). Não obstante, tem-se verificado uma certa proximidade entre locais datados do Neolítico final e/ou Calcolítico e painéis de covinhas (Calado, 1995, p. 128-129), pelo que os casos em discussão talvez possam ser incluídos, ainda que sob suspeita.

A diversidade geológica desta área provoca uma implantação variada dos sítios (Mapa 8). Contudo, é possível verificar que a sua maioria ocorre nas faixas de transição entre as intrusões graníticas, os calcários e os xistos, denunciando, provavelmente, o propósito de localizações entre biótopos complementares.

Também, alguns monumentos megalíticos localizam-se em áreas de rochas xistosas e carbonatadas, apesar de utilizarem ortóstatos graníticos. Ainda que não saiba com exactidão que tipos de granitos são, e daí as distâncias de origem, nos casos de Santo António 1 e 2, da Serrinha (em fase de estudo) ou do menir(?) de Carrilha 1, esse transporte implicou no mínimo 1-2 km de trajecto, o que permite realçar a intencionalidade/necessidade do monumento se localizar naquele local e não no da origem geológica. No entanto, no caso das 5 antas de Rabuje optou-se pela captação local dos blocos implicados, detectando-se soluções semelhantes no Geodésico de Besteiros 3 e em Velho 1, uma anta situada a Norte da primeira (ambos em fase de estudo). A excepção foi detectada com o chapéu de Rabuje 1, proveniente de 8 km de distância (Boaventura, 2000 a).

Na área Sul-Sudeste, áreas de xisto e granito rosa, a presença humana deste período parece rarefeita, com excepção dos indícios de indústrias macrolíticas. Pelo menos as prospecções ali efectuadas não a encontraram. Esta última situação poderá, eventualmente, ser explicada pela pedologia.

Face à evidência de metalurgia no Pombal, convirá salientar as duas ocorrências de cobre a cerca de 8 km para Sudeste e para Noroeste. Esta última localiza-se a apenas 3 km para Noroeste da Cabeça de Vaiamonte, no sopé do monte, o que se revela interessante, mesmo para as subsequentes ocupações. Para o período que me debruço, a correlação duma presença calcolítica tardia na Cabeça, com a existência deste recurso nas proximidades, poderia confirmar a leitura de vários autores sobre um incremento da exploração minero-metalúrgica apenas em finais do III milénio a.C., associado à circulação de cerâmicas campaniformes (*apud* Calado, 1995, p. 137). Mas as evidências materiais do Pombal também permitem a mesma assunção.

Baseadas na actual capacidade de uso dos solos, com as reservas conhecidas (Gonçalves e Sousa, 1997, p. 622 e 2000), foram estabelecidas 3 classes de solos, A (A, A+B), B-C

(B, B+C, C, C+D) e D-E (D, D+E, E), verificando-se que, à parte do Pombal e Manteigas 2, em mancha B-C, os outros povoados localizam-se em locais com solos de tipo D-E, mas com manchas de solos A e B-C nas envolventes imediatas (Mapa 9). Esta situação poderá estar relacionada com a sua topografia, pois encontram-se no topo de cabeços mais ou menos destacados, normalmente com a rocha assomando e a conseqüente reduzida potência de terra. Por outro lado, para além das questões de visibilidade, a instalação em topos com solos quase esqueléticos poderia proporcionar uma certa salubridade aos seus ocupantes. Curiosamente, a referida área a Sul-Sudeste do Pombal, apresenta uma maioria de solos D-E, quase sem presença de outros tipos, o que, julgo eu, terá contribuído para a sua aparente desertificação humana neo-calcolítica. A preferência destas comunidades por solos leves, onde se regista a presença do tipo B-C, mas também D-E, tem sido frisada por vários autores (Calado, 1995; Gonçalves e Sousa, 1999, p. 622 e 2000)

Os próprios sepulcros, de grandes e pequenas dimensões, encontram-se localizados em situações idênticas aos povoados, normalmente em áreas D-E, mas sobranceiros a terrenos de melhor aptidão agrícola, ainda que existam casos em A e B-C. Esta situação parece corresponder genericamente à leitura de R. Parreira (1996, p. 64) para os monumentos do Crato, região com características pedológicas semelhantes a Monforte.

Com o exposto procurei apontar a possível interacção do povoado do Pombal com outros vestígios na envolvente, assim como a possível contemporaneidade. Contudo, a natureza dos dados não permite grandes ilações, mas é possível vislumbrar algumas linhas de força. O povoado do Pombal surge, aparentemente, integrado numa malha de povoamento bastante dispersa, tendo funcionado como provável aglutinador de outros pequenos habitats, mantendo a sua posição durante o Calcolítico. Entretanto, várias actividades são desenvolvidas na sua envolvente: o abate de árvores, para combustível, madeira e libertação dos campos para a agricultura e pastorícia, trabalhos bem documentados na cultura material. A metalurgia também parece denunciar alguma mineração. A confirmar-se a não existência de outro tipo de necrópoles, os habitantes daquele povoado teriam reutilizado, ou talvez construído, estruturas de tipo anta. Estas, situar-se-iam relativamente afastadas do espaço doméstico, estabelecidas em pontos geograficamente marcantes, assinalando para os seus e para outros (?) a posse daquele território, sobretudo se, de facto, a região fosse atravessada por grupos de transumantes.

5.2. A realidade alto alentejana

Como é possível notar ao longo dos capítulos anteriores, o distrito de Portalegre (Alto Alentejo) não apresenta ainda dados para uma boa avaliação do/s período/s em discussão, isto é, os IV — III milénios a.C.

Resumindo a investigação actual da Pré-História do Alto Alentejo, apontaria os projectos de J. Oliveira (1997; Oliveira e Oliveira, 2000) no Nordeste alentejano, de M. Deus (PONTIS, 1999, p. 206) em Ponte de Sor, de R. Parreira (1996) no Crato, de A. Dias (1996) em Campo Maior e de J. Albergaria e M. Lago (1995) em Elvas. Infelizmente, com excepção do primeiro, que continua a desenvolver as suas pesquisas, mas cada vez mais no outro lado da fronteira, e da segunda, em laboração, os restantes projectos estão, respectivamente: dado por concluído (a fase de inventário proposta), em estado letárgico (pelo menos desde 1996, data da tese sobre algumas amostras do povoado de Santa Vitória, que nada mais se sabe dos cerca de 9 meses de escavações ali efectuadas) ou com alguma indefinição (em parte compreensível pela falta de apoios institucionais). Por outro lado, parte

destas pesquisas incidiu, sobretudo, nos aspectos menos quotidianos destas populações, isto é, no fenómeno megalítico funerário e menírico, com a excepção de A. Dias (provavelmente porque o dito fenómeno é ali, aparentemente, periférico), ou, dos estudos de Ponte de Sor e de Elvas. Neste último sentido, o projecto COMONPH abrange ambas as dimensões, mais e menos quotidianas (Lopes e Boaventura, 1997), isto é, os espaços dos vivos e dos mortos.

Ainda que, maioritariamente, os projectos de investigação no Alto Alentejo se tenham cingido genericamente às manifestações megalíticas (vide por exemplo Leisner, 1959; Oliveira, 1997; Parreira, 1996 e referências bibliográficas de A. Viana e D. Deus), é possível enumerar alguns estudos monográficos acerca de habitats: em Vidais, Marvão (CLIO, 1979), onde foram detectados vestígios calcolíticos, mas sem os seus resultados publicados; no Castro do Baldio, Arronches, que, sob ocupações posteriores, se detectou uma ocupação calcolítica (Gamito, 1982-83, 1996); no sítio do Torrão, Elvas (Albergaria e Lago, 1995), junto a um eventual cromeleque desmantelado (?) foi escavado um recinto delimitado por fossos, onde se recolheram materiais calcolíticos (informação de J. Albergaria); E, com certeza, as ocupações campomaiorenses de Cabeço do Cubo (Oliveira e Dias, 1982) e Santa Vitória, ambas de cariz Calcolítico inicial/Calcolítico pleno (segundo A. Dias (1996, p. 201) na primeira metade do III milénio a.C.) — todavia limitadas a uma breve notícia e à tese de Mesurado atrás referida.

Mais para Oeste, na área de Ponte de Sor, a realização da Carta Arqueológica do concelho (PONTIS, 1999) veio promover o reinício dos estudos no período Neo-Calcolítico, todavia, em fase de estudo, com uma primeira verificação de diferentes tipos de implantação para os habitats detectados (PONTIS, 1999, p. 36).

A Norte do Alto Alentejo, nas margens do Tejo e áreas meridionais da Beira Baixa (a designada área de Ródão-Nisa e Tejo Internacional) os estudos promovidos pela Associação de Estudos do Alto Tejo e outros autores (Caninas e Henriques, 1987; Cardoso et al., 1997) têm vindo a demonstrar uma certa continuidade de tradições do Alentejo e Extremadura, facto salientado por S. Jorge (1990, p. 115, 169) e R. Vilaça (2000), mas já anteriormente demonstrado, nomeadamente pela sondagem no sítio da Charneca do Fratel, em Vila Velha de Ródão, onde na breve notícia (Soares, 1988) se aponta a existência de troço de muralha datada do Calcolítico inicial, conectada com recintos mais meridionais.

Portanto, apesar do exposto, existem várias notícias de habitats e outros achados conectados com o período em questão no Alto Alentejo. Acontece que ainda não foram sistematizados de forma coerente, publicados e avaliados, a exemplo do que já foi realizado para as regiões da Serra d'Ossa e da Extremadura.

Assim, porque não me era possível efectuar a referida sistematização, os paralelos necessários a uma tentativa de enquadramento foram buscados, normalmente, mais a Sul, no Alentejo Central, ou a Este, na Extremadura, regiões onde a investigação tem sido mais profícua.

